

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego

**Data:** 2 de junho de 2009 - V Reunião.

1 Aos dois dias do mês de junho de dois mil e nove teve início a reunião do Conselho Nacional de  
2 Imigração, sob a presidência do Sr. Paulo Sérgio de Almeida. Estiveram presentes: Sr. Rinaldo  
3 Gonçalves de Almeida - MTE; Sr. Luciano Pestana Barbosa - MJ; Sr. Ralph Hendersen – MRE; Sr.  
4 Maurício Lucena do Val – MDIC; Sra. Lídia Miranda de Lima Amaral – MCT; Sra. Haila Moreira  
5 F. Braga – MTUR; Sr. Vitor Luiz Carvalho – CUT; Sr. Elias Ferreira – Força Sindical; Sr. José  
6 Ribamar Dantas – CGT; Sra. Christina Aires Corrêa Lima – Confederação Nacional da Indústria;  
7 Sra. Marjolaine Bernardete Julliard Tavares do Canto – CNC; Sra. Ana Maria Santos Fidélis –  
8 CNA; Sr. Sérgio Antônio Victor – CNT e Sra. Marilena Moraes Barbosa Funari – CNIF.  
9 ABERTURA. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida deu início à reunião mencionando o a presença de  
10 representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e de setores acadêmicos que  
11 estão conduzindo o projeto denominado “*Perfil da Migração Brasileira*”, trabalho apoiado pela  
12 OIM. Indicou que desde o ano passado está em curso o processo de criação de uma base de  
13 conhecimentos, estabelecida no chamado “Documento de Itapeperica da Serra”. Apontou que no  
14 intervalo entre a quarta e a quinta reuniões houve a substituição de dois Conselheiros, sendo que os  
15 Conselheiros Ágide Meneguette e Ana Maria Santos Fidelis exerceriam funções de Conselheiro  
16 titular e suplente, respectivamente, representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do  
17 Brasil, aproveitou e apresentou a nova servidora do Ministério do Trabalho e Emprego em exercício  
18 na Coordenação-Geral de Imigração, Samia Diniz Oshiyama. Informou que o MTE havia publicado  
19 a Portaria tratando do novo procedimento de digitalização de documentos no âmbito da imigração,  
20 que agilizaria o processo de solicitações de autorização para trabalho a estrangeiros, fazendo com  
21 que as pessoas ficassem dispensadas de apresentar alguns documentos, que estariam armazenados  
22 na base de dados. Apontou ainda que isso poderia reduzir em setenta por cento do papel tramitando  
23 na imigração do MTE. Destacou a participação no seminário entre Brasil e Suriname a respeito de  
24 migrações, no qual se trabalhou o tema do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no  
25 Suriname, sendo que era significativo o número de brasileiros naquele país. Informou acerca do  
26 lançamento do livro *Migrações e o MERCOSUL*, no qual se estaria trabalhando na segunda edição,  
27 assim como em uma versão digital e tradução para espanhol. Destacou ainda a realização de reunião  
28 em Assunção, Paraguai, do Subgrupo de Trabalho dez do MERCOSUL (SGT10) que maneja os  
29 temas trabalho e seguridade social no MERCOSUL. Destacou o projeto que prevê o lançamento da  
30 cartilha “Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL”. O Sr. Ralph Henderson indicou que  
31 compareceu à reunião do Fórum Migratório da Reunião Especializada de Ministros do Interior do  
32 MERCOSUL realizada no Paraguai, apontando que o Paraguai poderia depositar o instrumento de  
33 ratificação do Acordo de Residência para Nacionais do MERCOSUL por ocasião da próxima  
34 reunião de presidentes do MERCOSUL. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida destacou que p SGT10  
35 trabakha ainda na elaboração de um Plano Regional para Livre Circulação de Trabalhadores e  
36 Trabalhadoras no âmbito do MERCOSUL e convidou os Conselheiros para comparecer ao  
37 seminário sobre o Acordo de Residência para Nacionais do MERCOSUL a ser realizado em Foz do  
38 Iguaçu, sob coordenação do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM). Destacou ainda  
39 a realização do Terceiro Encontro Europeu da Rede de Brasileiros e Brasileiras no Exterior em  
40 Barcelona no final de junho e lembrou as medidas apresentadas pelo CNIg ao Ministro Lupi em

41 relação os brasileiros no exterior, que determinou sua implementação, conforme publicado no  
42 Diário Oficial da União. Dentre essas medidas, destacou a possibilidade do brasileiro no exterior,  
43 com conta inativa no FGTS, sacar os recursos dessa conta sem ter que vir ao Brasil. Destacou a  
44 matéria veiculada nos meios de imprensa sobre a operação da Polícia Federal em relação a  
45 estrangeiros em situação irregular e tráfico de pessoas, com foco nos chineses. O Sr. Luciano  
46 Pestana informou, no que se refere à aprovação da anistia a estrangeiros indocumentados no Brasil,  
47 que se estaria esperando destrancamento de pauta na Câmara dos Deputados. A Sra. Rosita Milese  
48 apontou que desde vinte e dois de abril se aguardava destrancamento de pauta e que as entidades de  
49 São Paulo insistiam como data referência para a anistia a situação de irregularidade migratória até o  
50 dia primeiro de fevereiro de dois mil e nove, enquanto que o Governo propunha o dia primeiro de  
51 novembro de 2008. Indicou que a data que as entidades pleiteavam seria por conta dos estrangeiros  
52 que poderiam estar afastados do Brasil por curto período no fim do ano. O Sr. Paulo Sérgio de  
53 Almeida indicou que havia sido apresentada proposta da Embrapa, com pleito para o ingresso como  
54 entidade que pudesse autorizar vinda de pesquisadores no âmbito da resolução normativa oitenta e  
55 dois. O Representante da EMBRAPA, Sr. Elisio Contini indicou que existia um processo contínuo  
56 de internacionalização e que o agronegócio brasileiro era instrumento fundamental para o  
57 desenvolvimento do país. Destacou que havia presença da EMBRAPA nos países desenvolvidos e  
58 que existia a vinda de cientistas estrangeiros para ajudar a desenvolver o agronegócio. O Sr. Osório  
59 passou à leitura de parte da carta do Conselheiro Araujo do MAPA: *Senhor Presidente, reporto-me*  
60 *ao ofício sob referência, de autoria de vossa senhoria, e encaminho o documento de interesse da*  
61 *Embrapa para análise e manifestação desse conselheiro. Sobre o assunto venho informar que a lei*  
62 *que criou a Embrapa prevê o seguinte em seus artigos primeiro e segundo. No artigo primeiro diz*  
63 *que fica o poder executivo autorizado a instituir a Embrapa e que a empresa terá sede em Brasília*  
64 *podendo em qualquer ponto do território nacional ter também sedes e órgãos regionais ou locais*  
65 *destinados à pesquisa e no artigo segundo, que é o principal, ele diz que são finalidades da*  
66 *Embrapa, entre outras coisas, promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa*  
67 *com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento agrícola do país.*  
68 *Também dará apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo com atribuições de*  
69 *formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.*  
70 *Diante do acima exposto, está claro que o texto da lei prevê a Embrapa como fomentadora de*  
71 *pesquisas para o desenvolvimento do Brasil como um todo, independente dos destinos dos recursos*  
72 *dos projetos. A propósito, a título de exemplo, apresentamos os fatos recentes, em que vários*  
73 *pesquisadores estrangeiros, que deveriam entrar no país para continuação de trabalhos em*  
74 *cooperação técnica com a Embrapa, tiveram suas vindas postergadas por motivos burocráticos na*  
75 *concessão de vistos após a mudança na resolução em apreciação. Por esta razão julgo que a*  
76 *Embrapa está apta entre as instituições destacadas como dispensadas de autorização do MCT e do*  
77 *CNPQ para permitir a entrada de pesquisadores estrangeiros no Brasil para fins de mutua*  
78 *cooperação técnica a semelhança de outras instituições brasileiras como a FIOCRUZ. Sugiro*  
79 *assim, finalmente, a extensão à Embrapa das faculdades abrigadas no artigo quarto da resolução*  
80 *normativa número oitenta e dois, de que já se beneficiaram, dentre outras instituições, o CNPQ,*  
81 *CAPES, FINEP e Fundações estaduais de amparo à pesquisa. Externado o meu conceito e respeito,*  
82 *coloco-me à disposição.* A Sra. Lidia Miranda indicou que a jurisprudência e a legislação aplicável  
83 a convenciam de que não poderia ceder ao pleito, pois o EMBRAPA não faz o mesmo que as  
84 agências de fomento em sentido clássico fazem, pois o CNPQ fomenta projetos de terceiro e a  
85 EMBRAPA faria projetos de interesse próprio, sendo imprescindível se submeter a aprovação do  
86 MCT, sendo necessário haver alguma forma de controle público. O Sr. Elísio Contini apontou que o  
87 assunto poderia ficar em discussão, com reunião posterior, sendo que o intuito era conseguir uma

88 forma de dar agilidade ao processo. A Sra. Lidia Miranda apontou que a decisão seria dada pelo  
89 Ministro do MCT. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida indicou que era uma matéria com  
90 regulamentação do MCT e que propôs a retirada de pauta do tema, voltando na reunião seguinte  
91 com mais informações. A Sra. Lídia Miranda apontou que informaria quando tivesse mais  
92 informações. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida passou para a aprovação da agenda provisória:  
93 Abertura, aprovação da agenda, aprovação das atas da terceira e quarta reuniões ordinárias,  
94 apresentação dos consultores da elaboração do perfil da migração brasileira, apresentação dos  
95 relatórios do GT criado para acompanhar o contexto internacional e o impacto nas políticas de  
96 migração, assuntos diversos e processos a serem relatados. O Sr. Aldo Candido indicou que havia  
97 dificuldade com as atas, sendo que a terceira havia sido encaminhada e que a quarta não havia sido.  
98 O Sr. Vitor Luiz justificou sua ausência em função de greve nacional chamada pela Federação  
99 Única dos Petroleiros. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida submeteu ao Plenário o texto da ata da  
100 terceira reunião de 2009, sendo a mesma aprovada. Indicou que a ata da quarta reunião ordinária de  
101 2009 seria encaminhada para aprovação na próxima reunião do CNIg. Passou para o ponto quatro  
102 da agenda provisória, apresentação do Perfil da Migração Brasileira. O Sr. Fernandes indicou que a  
103 idéia era realizar estudo para a formulação de um documento conforme a proposta feita pela OIM  
104 que já havia ido realizada na Argentina, replicando o processo para o Brasil. A Sra. Rosana apontou  
105 que havia pesquisas já realizadas em São Paulo no campo social das migrações. A Sra. Bárbara  
106 Cardoso indicou que o projeto da OIM foi criado pela Comissão Européia, já contando com cerca  
107 de trinta estudos publicados, sendo o do Brasil o quarto país da America Latina a realizar o projeto.  
108 O perfil migratório é uma análise geral da dinâmica migratória de um país, estudando os temas de  
109 emigração, de imigração, diáspora, remessas, refugiados, solicitantes de asilo, políticas públicas  
110 relacionadas à migração implementadas pelo governo, tratados internacionais já ratificados pelo  
111 país, atores locais, governamentais. Apontou que o objetivo era oferecer bases sólidas para a  
112 elaboração e implementação de políticas migratórias. Apontou que o estudo seria dividido em três  
113 partes: introdução, perfil dos fluxos migratórios no Brasil e políticas e programas desenvolvidos no  
114 Brasil na área migratória. Apontou que o texto incluiria também discussão sobre fontes de  
115 informação e que a OIM realizaria o projeto em parceria com a Comissão Nacional de População e  
116 Desenvolvimento (CNPd). O Sr. Eduardo Rios Neto da CNPD pontuou que o tema das migrações  
117 internacionais era muito importante. Destacou que no item três, era importante entender que a área  
118 evoluía muito rápido, deixando as publicações desatualizadas rapidamente. Apontou ainda que as  
119 informações existiam, mas não eram integradas. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida apontou que havia  
120 um processo de construção de uma base de dados e conhecimento sobre o tema das migrações  
121 com vistas a propiciar bases concretas para a formulação de políticas e que era importante tornar o  
122 marco normativo mais claro. O Sr. José Ribamar apontou que existia uma visão equivocada do  
123 migrante como cidadão diferenciado. Destacou que hoje se via o indivíduo migrante como alguém  
124 imbuído de visão ampla, de cidadão universal. A Sra. Bárbara Cardoso indicou que a idéia era  
125 atualizar o estudo com alguma frequência, mas que existia o obstáculo orçamentário. O Sr. Rinaldo  
126 Gonçalves indicou que havia estado no curso organizado pela OIM e indicou que a experiência  
127 brasileira havia chamado a atenção, por conta de ter um conselho de migração com poder de ter  
128 decisões administrativas. Apontou que certos países tinham legislações avançadas, mas mais  
129 dificuldades para fazer ajustes. A Sra. Rosita Milese indicou que o material seria produzido em  
130 tempo recorde e que demonstraria os avanços que o Brasil tinha, assim como os temas que  
131 demoravam para avançar. Destacou o tema da migração de retorno. A Sra. Neide apontou que havia  
132 participado do SGT10 do MERCOSUL quinze anos atrás e que a situação do imigrante estrangeiro  
133 era muito ruim e que um fator de mudança foi a saída de brasileiros. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida  
134 indicou que havia sido encaminhado projeto de lei no sentido de transformar o CNIg em Conselho

135 Nacional de Migração e apontou que a população brasileira no exterior era estimada entre três e  
136 quatro milhões. Informou que a maioria dos migrantes vinha para contribuir com o país. Apontou  
137 que os diferentes ministérios tinham de ter uma política coesa que deveria ser reflexo do que pensa  
138 a sociedade. O Sr. Rinaldo Gonçalves apontou que à partir de dois mil e três havia ocorrido uma  
139 inflexão na forma do conselho atuar. Destacou a questão dos países buscarem fechar suas fronteiras  
140 para entrada de trabalhadores durante a crise e ressaltou a grande discussão a respeito de bolivianos  
141 e peruanos em São Paulo. Ressaltou a existência e políticas de regularização no Brasil, enquanto  
142 que, no exterior, haveria grandes dificuldades enfrentadas pelos brasileiros. O Sr. Vitor Luiz  
143 informou que participou de reunião em Bruxelas a convite da Central Sindical Internacional, com o  
144 compromisso de debater a sindicalização dos trabalhadores imigrantes. Apontou que uma das  
145 preocupações havia sido a falta de dados a respeito da população economicamente ativa de  
146 migrantes. Destacou realizaria atividades neste sentido a começar pela CUT, sendo que as outras  
147 centrais seriam convidadas a participar. Apontou que existiam iniciativas que demonstravam  
148 mudança no perfil governamental e das organizações de trabalhadores com uma postura mais  
149 favorável aos migrantes. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida ressaltou existirem duas situações: a  
150 primeira referente às pessoas que escolhiam o Brasil como país para viver e uma segunda referente  
151 ao movimento temporário de profissionais. Lembrou que no ano anterior havia surgido a idéia de  
152 construir um boletim migratório, como primeira etapa para uma futura base de dados. O Sr.  
153 Eduardo Rios Neto indicou que aproveitaria o projeto da OIM para construir, em uma segunda fase,  
154 o boletim e a base de dados, sendo importante a manutenção da parceria com o CNIg. Apontou que  
155 a crise havia adiado o aumento do trabalho temporário e circulação de trabalhadores qualificados  
156 pelo mundo. A Sra. Ana Cristina indicou que era curiosa a política migratória na Europa, existindo  
157 política agressiva de atração de profissionais qualificados. O Sr. Eduardo Rios Neto apontou que  
158 havia ficado claro, pelo processo da Petrobrás, a defasagem das escolas brasileiras de engenharia. O  
159 Sr. Vitor Luiz ressaltou o problema das empresas que apostaram na crise e que agora tinham  
160 demandas que não podiam cumprir. Apontou que quem havia sido mais prejudicado era quem havia  
161 investido em capital especulativo. A Sra. Lídia Miranda indicou que havia acompanhado casos de  
162 brasileiros fazendo cursos no exterior e que não voltavam mais. Apontou que para lidar com esse  
163 problema, o MCT havia reestruturado a área científica, propiciando o retorno de alguns  
164 trabalhadores da área. A Sra. Marjolaine Bernadette indicou que a resposta da comunidade  
165 científica tinha sido mais rápida do que o esperado. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida passou ao  
166 próximo ponto de pauta, o grupo de acompanhamento da crise. Destacou três tópicos tratados na  
167 reunião realizada pelo referido Grupo de Acompanhamento: balanço das medidas propostas pelo  
168 CNIg e aprovadas pelo MTE; situação dos brasileiros no exterior e daqueles que estavam  
169 retornando ao Brasil; e a concessão de autorizações de trabalho a estrangeiros no Brasil. Apontou  
170 que as medidas adotadas estavam em construção, como a regulamentação das agências privadas de  
171 recrutamento. Indicou que seria levada proposta de regulamentação ao ministro. Quanto à liberação  
172 do FGTS, apontou que o conselho curador do fundo ainda não havia sinalizado data para que  
173 entrasse em vigor. Ressaltou ainda o projeto piloto feito em São Paulo com a comunidade nipo-  
174 brasileira para orientação aos trabalhadores que estivessem retornando ao Brasil, inclusive  
175 direcionando os cursos de qualificação para as suas necessidades. Destacou a proposta da criação da  
176 comissão bilateral Brasil-Japão sobre emprego. Informou acerca da resposta feita pela Embaixada  
177 do Japão em referência ao ofício do Ministro Lupi, apontando que havia sido revogada a medida de  
178 impedimento de retorno por prazo indeterminado de brasileiros que aderissem à ajuda financeira  
179 oferecida pelo governo japonês. Indicou que o tema da Casa do Trabalhador brasileiro em  
180 Hamamatsu era tema fundamental e informou que o ministro Celso Amorim havia citado a  
181 iniciativa conjunta entre MRE e MTE de implementação da “Casa” na cidade de Hamamatsu,

182 refletindo o empenho político dado à questão. Apontou que o consulado de Hamamatsu era novo e  
183 que havia dificuldade operacional, mas a perspectiva de inauguração havia ficado para o mês de  
184 outubro. Levantou ainda a questão dos brasileiros no exterior e as atividades desenvolvidas em  
185 Governador Valadares, a exemplo de evento realizado com presença da Prefeita daquela cidade.  
186 Destacou que havia queda na arrecadação da cidade de Governador Valadares por conta da  
187 diminuição no volume das remessas do exterior. O Sr. José Ribamar apontou que os o trabalho em  
188 Governador Valadares seria importante para uma avaliação correta do movimento de ida e retorno  
189 de trabalhadores daquela região ao exterior. O Sr. Elias Ferreira apontou que quanto ao plano de  
190 qualificação era necessário aferir se a região era desenvolvida para que a medida tivesse efeito. O  
191 Sr. Paulo Sérgio de Almeida indicou que a participação dos estados era fundamental e que não se  
192 pleiteava plano de qualificação em Governador Valadares, mas sim fora criado grupo para verificar  
193 que tipo de apoio poderia ser dado ao tema das migrações naquela cidade. O Sr. José Ribamar  
194 indicou que a cidade buscava redefinição de vocação e que os trabalhadores que voltavam vinham  
195 normalmente com recursos e muitas vezes tinham espírito empreendedor, podendo-se direcionar  
196 esse espírito para um uso desses recursos. Em relação às autorizações de trabalho a estrangeiros, o  
197 Sr. Paulo Sérgio de Almeida apontou que o patamar de trabalhadores que vinham ao Brasil era  
198 impactado pela demnda por profissionais estrangeiros para o setor de exploração de petróleo off  
199 shore, assim como para o setor automobilístico, setor de máquinas e equipamentos, serviços de  
200 engenharia e siderurgia. Passou então ao tema do especialista com vínculo, apontando que se tratava  
201 de pessoas que vinham vinculados a investimento de empresas estrangeiras no Brasil. O Sr. Vitor  
202 Luiz apontou que a política do governo anterior havia enfraquecido a exploração e prospecção da  
203 Petrobrás, o que havia forçado a empresa a contratar sondas de perfuração estrangeiras. O Sr. Paulo  
204 Sérgio de Almeida encerrou os trabalhos para o almoço e retomou os trabalhos indicando que a Sra.  
205 Fabiana representante da OIT no CNIg estaria saindo do Brasil, por ser engajada em outra  
206 organização estrangeira no exterior. Passou-se então à relatoria dos processos: 1 - **Processo nº**  
207 **46000.020576/2008-50**; Nome do estrangeiro: Paolo Dicarra; Chamante: Zemilda Buhler; País:  
208 Itália; UF: BA; Tipo de visto: permanente. O processo foi colocado em exigência, sendo requerida  
209 declaração da empresa de que continua válido o seguro de vida. 2 - **Processo nº**  
210 **46205.016871/2008-13**; Nome do estrangeiro: Francisco Javier Gonzalez Monsegur; Chamante:  
211 Agro Comércio e Dist. de Frutas Ltda.; País: Espanha; UF: CE; Tipo de visto: permanente. Processo  
212 indeferido por unanimidade. Indicou-se que deveria ser feito plano de absorção. 3 - **Processo nº**  
213 **46000.030608/2008-25**; Nome do estrangeiro: Zhang Changming e filhas; Chamante: Liu Hualiang;  
214 País: China; UF: SP; Tipo de visto: Permanente. Processo retirado de pauta. 4 - **Processo nº**  
215 **08460.024102/2007-90**; Nome do estrangeiro: Leonel de Freitas Pinto; Chamante: Bianca Della  
216 Libera da Silva; País: Portugal; UF: RJ; Tipo de visto: permanência definitiva. Processo deferido  
217 por unanimidade. 5 - **Processo nº 08354.001740/97-71**; Nome do estrangeiro: Thomas Hendrik  
218 Hagenbrock; Chamante: Thomas Hendrik Hagenbrock; País: Alemanha; UF: MG; Tipo de visto:  
219 permanência definitiva. Processo deferido por unanimidade. 6 - **Processo nº 46000.035102/2008-**  
220 **11**; Nome do estrangeiro: Eugenio Arduini; Chamante: Eugenio Arduini; País: Itália; UF: RJ; Tipo  
221 de visto: permanência definitiva. Processo indeferido mantido. 7 - **Processo nº**  
222 **46000.031849/2008-91**; Nome do estrangeiro: Aleksanr Dubnicenko; Chamante: Vladimir  
223 Schuchman; País: Lituânia; UF: RJ; Tipo de visto: Permanente. Processo não relatado. 8 - **Processo**  
224 **nº 46000.020925/2008-33**. Nome do estrangeiro: Felix Modesto Molina Mutiz; Chamante: José  
225 Lorenço Ramos Filho; País: Cuba; UF: RJ; Tipo de visto: permanência definitiva. Processo não  
226 relatado. 9 - **Processo nº 46000.020440/2008-40**; Nome do estrangeiro: Thomas Sebastian  
227 Wohlschlager; Chamante: Maria Aparecida Correia Monteiro de Almeida Rangel; País: Alemanha;  
228 UF: SP; Tipo de visto: permanência definitiva. Processo não relatado. 10 - **Processo nº**

229 **46205.014666/2008-13**; Nome do estrangeiro: Sr. Gil Martins; Chamante: J. Ferreira Restaurante  
230 Comércio Ltda.; País: Portugal; UF: CE; Tipo de visto: Permanente. Processo em exigência para fins  
231 de comprovar os empregos gerados. 11 - **Processo nº 46000.031163/2008-09**. Nome do  
232 estrangeiro: Antonio Donghia; Chamante: Domuz Área Negócios Imobiliários Ltda.; País: Itália;  
233 UF: PB; Tipo de visto: Permanente. Processo não relatado. 12 - **Processo nº 46000.031162/2008-**  
234 **56**. Nome do estrangeiro: Filipo Donghia; Chamante: Domuz Área Negócios Imobiliários Ltda.;  
235 País: Itália; UF: PB; Tipo de visto: Permanente. Processo não relatado. 13 - **Processo nº**  
236 **08270.011128/2007-13**. Nome do estrangeiro: Benjamim José Martins Ferrinho Morbey Ferro;  
237 Chamante: Samia Helena de Souza.; País: Moçambique; UF: CE; Tipo de visto: permanência  
238 definitiva. Processo não relatado. 14 - **Processo nº 08506.013280/2008-01**; Nome do estrangeiro:  
239 Guido Françis di Meo; Chamante: Maria das Graças Silva; País: EUA; UF: SP; Tipo de visto:  
240 permanência definitiva. Processo deferido por unanimidade. 15 - **Processo nº 46000.006409/2009-**  
241 **87**; Nome do estrangeiro: Alberto Goitre; Chamante: Glédís de Moraes Lúcio; País: Itália; UF: SP;  
242 Tipo de visto: permanência definitiva. A relatora reconheceu a união estável, votando pelo  
243 deferimento e sendo aprovado por unanimidade. 16 - **Processo nº 46000.008979/2009-10**; Nome  
244 do estrangeiro: Celia Alldridge; Chamante: Camila Cristina Furchi; País: Suíça; UF: SP; Tipo de  
245 visto: visto permanente. O relator votou pelo deferimento por união estável, sendo aprovado por  
246 unanimidade. 17 - **Processo nº 08460.023620/2007-96**; Nome do estrangeiro: Anastasia Fedorenko;  
247 Chamante: Alexandre Ferreira Canano; País: Rússia; UF: RJ; Tipo de visto: permanência definitiva.  
248 Processo deferido após diligência. 18 - **Processo nº 46217.006467/2008-94**; Nome do estrangeiro:  
249 Andrimana Buyoya Habizimana; Chamante: Andrimana Buyoya Habizimana; País: África; UF:  
250 RN; Tipo de visto: permanência definitiva. Processo retirado de pauta. 19 - **Processo**  
251 **nº 46000.009355/2008-21**; Nome do estrangeiro: Laura Alexandra Perez Calla; Chamante: Renata  
252 Mayumi Binoki; País: Peru; UF: SP; Tipo de visto: Permanente. Processo não relatado. 20 -  
253 **Processo nº 08102.003876/2008-37**; Nome do estrangeiro: Álvaro das Dores Martins; Chamante:  
254 Thelma Lucia Martins de Arruda ; País: Portugal; UF: PE; Tipo de visto: permanência definitiva.  
255 Processo não relatado. 21 - **Processo nº 08492.000077/2007-81**; Nome do estrangeiro: Marcel  
256 Gilbert Latrompette; Chamante: Léa Thereza Moreira Dias; País: França; UF: SC; Tipo de visto:  
257 visto permanente. Processo indeferido por unanimidade, constando a falta de comprovação de  
258 convivência. 22 - **Processo nº 46000.033961/2008-67**; Nome do estrangeiro: Clive Gavin Cook;  
259 Chamante: Fabiola Fernandez Shinkai; País: África do Sul; UF: SP; Tipo de visto: visto  
260 permanente. Processo em exigência. 23 - **Processo nº 46217.003676/2008-86**; Nome do  
261 estrangeiro: Nicola Marchese; Chamante: Nicola Marchese; País: Belgica; UF: RN; Tipo de visto:  
262 visto permanente. Processo indeferido mantido por unanimidade. 24 - **Processo nº**  
263 **08364.001788/2007-39**; Nome do estrangeiro: Ana Perz de Koeys; Chamante: José Maria Alves  
264 Pereira; País: República Dominicana; UF: PA; Tipo de visto: permanência definitiva. Processo  
265 deferido por unanimidade. 25 - **Processo nº 08270.0155452007-27**; Nome do estrangeiro: Michael  
266 David Lark; Chamante: Maria Augusta Fernandes Costa; País: Inglaterra; UF: CE; Tipo de visto:  
267 permanência definitiva. Processo deferido por unanimidade. 26 - **Processo nº 46000.007813/2009-**  
268 **78**; Nome do estrangeiro: Fernando Aurélio Cunha Figueredo; Chamante: Juliana Aparecida  
269 Nastasio; País: Portugal; UF: SP; Tipo de visto: visto permanente. Processo deferido por  
270 unanimidade. 27 - **Processo nº 46000.012991/2009-11**; Nome do estrangeiro: Michael Robert  
271 Holper e outros; Chamante: Cirque du Soleil ; País: Canadá; UF: SP; Tipo de visto: Visto  
272 Temporário. Processo deferido por unanimidade. 28 - **Processo nº 08400.032851/2007-03**; Nome  
273 do estrangeiro: Manuel da Silva Gonçalves; Chamante: Marleide Martins dos Santos; País:  
274 Portugal; UF: PE; Tipo de visto: permanência definitiva. Processo deferido. 29 - **Processo nº**  
275 **08495.003399/2007-52**; Nome do estrangeiro: Margit Brugger; Chamante: Rogério Silva

276 Portanova; País: Itália; UF: SC; Tipo de visto: permanência definitiva. Processo para diligência na  
277 Polícia Federal. 30 - **Processo nº 46000.006229/2009-03**; Nome do estrangeiro: Gregoria Genoveva  
278 Caballero Herrera ; Chamante: Juan Manuel Marquez Franco; País: Peru; UF: SP; Tipo de visto:  
279 permanência definitiva. Processo deferido. 31 - **Processo nº 08495.003025/2007-37**; Nome do  
280 Estrangeiro:Rodrigo Fernando Correa López; Chamante: Doraci Gurrulat; País: Chile; UF: SC; Tipo  
281 de visto: permanente. Processo não relatado. Passou-se então aos deferimentos ad referendum com  
282 o Sr. Aldo Cândido indicando que seriam quinze processos. **PROCESSOS A SEREM**  
283 **DEFERIDOS AD REFERENDUM POR CUMPRIMENTO DO ARTIGO 2º DA RN 77/08, e**  
284 **referendados pelo Plenário: 32 - Processo nº 46000.000003/2009-91; 33 - Processo nº**  
285 **46000.031848/2008-47; 34 - Processo nº 08270.016331/2007-78; 35 - Processo nº**  
286 **46000.008102/2009-11; 36 - Processo nº 46000.007374/2009-01; 37 - Processo nº**  
287 **46000.011297/2009-86; 38 - Processo nº 46000.028651/2008-21; 39 - Processo nº**  
288 **46226.000267/2009-08; 40 - Processo nº 46000.008744/2009-10; 41 - Processo nº**  
289 **46000.002180/2009-10; 42 - Processo nº 46000.007242/2009-71; 43 - Processo nº**  
290 **46000.029862/2008-81; 44 - Processo nº 46000.029790/2008-71; 45 - Processo nº**  
291 **46000.031732/2008-16; 46- Processo nº 46000.010594/2009-12. PROCESSOS A SEREM**  
292 **INDEFERIDOS AD REFERENDUM POR NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DA RN**  
293 **77/08: 47 - Processo nº 46000.001671/2009-35; 48 - Processo nº 46000.022275/2008-61; 49 -**  
294 **Processo nº 46880.000021/2008-23; 50 - Processo nº 46000.033043/2008-38; 51 - Processo nº**  
295 **46000.009662/2008-10; 52 - Processo nº 46000.008894/2008-42; 53 - Processo nº 46880.**  
296 **000071/2008-19; 54 - Processo nº 46000.000473/2009-54; 55 - Processo nº 46000.009893/2008-**  
297 **15; 56 - Processo nº 46000.034108/2008-62; 57 - Processo nº 47758.000278/2008-53; 58 -**  
298 **Processo nº 46000.033043/2008-38; 59 - Processo nº 46220.007726/2008-45; 60 - Processo nº**  
299 **47758.000219/2008-85; 61 - Processo nº 47758.000151/2008-34; 62 - Processo nº**  
300 **46000.023617/2008-60; 63 - Processo nº 46880.000033/2008-58; 64 - Processo nº**  
301 **46000.021829/2008-11; 65 - Processo nº 46211.010446/2008-23; 66 - Processo nº 46000.030964/**  
302 **2008-49; 67 - Processo nº 46000.022109/2008-64; 68 - Processo nº 46000.010649/2008-03.**  
303 ENCERRAMENTO. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida encerrou a reunião não havendo mais assuntos  
304 a tratar.  
305